



DE BELLUM CATILINAE: A GUERRA EM SALÚSTIO (63 A.C.)

Natália de Medeiros Costa¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo a análise do texto do autor Caio Salústio Crispo intitulado *De Bellum Catilinae*. Na obra, Salústio analisa um evento ocorrido no ano de 63 a.C. durante o consulado de Cícero e que ficou conhecido como Conjuração de Catilina. Para além de examinar a conjuração desse aristocrata romano tido por Salústio como a personificação de todo o mal pelo qual passava a República no final do século I a.C., o autor nos fornece um vivo relato sobre a situação da República nesse período: conjurações de aristocratas contra aristocratas, corrupção, dívidas e afrouxamento da moral dos romanos são temas chave da crítica estabelecida pelo autor. A guerra, nesse contexto, tem um papel fundamental: é o princípio da discórdia civil bem como a causa do aprofundamento dos problemas das instituições republicanas, pois criava a personificação do poder nas mãos de uns poucos generais. Assim, o objetivo do presente artigo é o exame do papel da guerra no texto salustiano *De Bellum Catilinae*. Para tanto, o primeiro tópico do trabalho concentra a análise dos termos *bellum* (guerra) e *coniuratio* (conjuração), conceitos norteadores da presente pesquisa. No segundo tópico focamos no exame da obra de Salústio, buscando o papel da guerra nesse texto e contexto. Em termos gerais, podemos afirmar que a guerra é utilizada em momentos chave da narrativa, a saber, quando o autor critica o momento histórico pelo qual passava a República: a *bellum*, nesse sentido, serve a Salústio como meio pelo qual julga o status quo da República sendo, portanto, fundamental para a compreensão do texto.

Palavras-chave: Salústio; *De Bellum Catilinae*; República Romana.

Tema Livre

I. INTRODUÇÃO

O presente artigo é uma síntese da pesquisa elaborada pelos autores na Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná. O foco da dissertação apresentada em março de 2018 foi o texto do escritor latino Caio Salústio Crispo, o *De Bellum Catilinae*, escrito por volta do ano de 42 a.C. e que lidava com os eventos da Conjuração de Catilina

¹ Doutora em Teoria e História Literária (2017) pela Unicamp. Professora do Centro Universitário Padre Anchieta. Email: mariabijoli@gmail.com.



(63 a.C.). Para o artigo, elaboramos os principais elementos abordados na Dissertação, a fim de apresentar nosso argumento principal: a Guerra serve a Salústio como o meio pelo qual o autor estabelece sua crítica ao momento histórico; é a causa primeira, no pensamento de Salústio, do declínio da República Romana; bem como é o agravante dos conflitos, pois os principais generais angariavam para si, através da guerra, grandes somas de poder pessoal, o que desestabilizava ainda mais a balança de poder na República Romana. Ademais, o artigo foi concebido contemplando dois momentos: a definição dos principais termos trabalhados por Salústio, a saber, *Bellum* (guerra) e *Coniuratio* (conjuração), onde elaboramos o contexto histórico do período e a análise do texto Salustiano *De Bellum Catilinae*, focando principalmente na chamada Arqueologia de Salústio (primeira digressão, parágrafos 6 ao 12).

II. DE CONIURATIO A BELLUM: A CONJURAÇÃO COMO GUERRA EM SALÚSTIO, *DE BELLUM CATILINAE*

A problemática do presente trabalho surgiu de uma indagação, por parte de meu orientador, Professor Doutor Renan Frighetto, em relação ao uso do termo *Bellum*, já no título da obra de Salústio. Esse questionamento me intrigou profundamente, visto que até então os eventos do ano de 63 a.C. eram tratados como conjuração e não como guerra². Salústio tomava uma posição distinta da tradição e passei a me questionar porquê. Elaboramos um trabalho centrado no seguinte questionamento: por que Salústio opta por tratar os eventos do ano de 63 a.C. como guerra e não como conjuração? Para responder a essa pergunta, faz-se necessário estabelecer primeiramente a definição dos termos *Bellum* e *Coniuratio*, buscando a compreensão do momento histórico em que Salústio escrevia.

Caio Salústio Crispo era um político romano advindo da cidade de Armiternum, na região da Sabina³. Segundo a Crônica de São Jerônimo⁴,

2 Cícero, cônsul no de 63 a.C. e quem combateu a conjuração de Catilina também escreveu sobre os eventos do ano de 63 a.C.: em suas quatro *Catilinárias*, redigidas a partir de seus próprios discursos durante o combate à conjuração, o cônsul forneceu ao leitor valiosas informações sobre a Conjuração de Catilina, optando por se referenciar acerca do evento como *Coniuratio*, conjuração e não como *Bellum*, guerra. Nos pareceu bastante intrigante a opção de Salústio, já no título e durante todo o texto, tratar o momento como *bellum*, guerra.

3 Depois das Guerras Sociais, ocorridas entre os anos de 91 a 87 a.C., os povos italianos conquistaram para si a cidadania romana; a região da Sabina, portanto, já gozava, quando do nascimento de Salústio, do status de cidadania romana (RAMSEY, 2007, p. 2).

4 Crônica essa escrita com base em um texto ainda mais antigo, a saber, o *De Viris Illustribus* de Suetônio, hoje perdido (RAMSEY, 2007, p.1).



Salústio nasceu no ano de 86 a.C. e, segundo Ramsey (2007, p. 2), morreu no ano de 35 a.C. (quatro anos antes da Batalha de Actium entre Antônio e Otávio Augusto). Como homem novo (*homo novus*), Salústio angariou para si cargos públicos expressivos, como o de tribuno da plebe no ano de 52 a.C. e o de senador romano e atuou em prol da ala dos *populares* e, principalmente, de Júlio César, líder dos *populares*. Durante sua carreira política, outrossim, Salústio foi acusado de corrupção e desvios de conduta⁵, sendo até mesmo expulso do Senado Romano. Quando do assassinato de César, em meados de março de 44 a.C., Salústio se retirou da vida pública⁶, passando a se dedicar à escrita de histórias. Sobre o assunto, o próprio Salústio comenta em seu texto *De Bellum Catilinae*

[...] Desse modo, quando enfim meu espírito encontrou a paz depois de tantas turbulências e perigos decidi passar o que restava de minha vida longe da vida pública e não era minha intenção desperdiçar meu precioso ócio na indolência e na preguiça, tampouco queria levar uma vida dedicada à agricultura ou à caça, serviços de escravos. Pelo contrário, resolvi retomar uma atividade de que gostava e que minha antiga ambição havia me afastado, a escrita da História do Povo Romano, selecionando os temas que julgava dignos de serem escritos, tanto mais que meu espírito não se sentia preso à esperança, ao medo, às facções políticas (SALLUST, *De Bellum Catilinae*, 4, 1-3.)⁷.

A leitura do trecho nos incita um questionamento muito pertinente: por que Salústio opta por se dedicar à História quando de sua saída da vida

5 Conforme consta no texto de Pseudo-Cícero chamado *In Sallustiam Crispum Oratio*, Salústio foi pego em *flagrante delicto* com a esposa de Milão, Fausta (filha de Sula) e por esse motivo foi expulso do Senado. Não podemos, entretanto, deixar de notar que a expulsão de Salústio do Senado Romano pode ter sido fruto de perseguição política devido a sua participação nos distúrbios entre Milão e Clódio no ano de 52 a.C.: na posição de tribuno da plebe, Salústio atacou politicamente Milão pelo assassinato de Clódio (ocorrido em uma violenta agitação política entre as facções de Milão e Clódio). O evento pode ter se desdobrado na futura expulsão de Salústio do Senado Romano. Ademais, Salústio foi acusado do crime de *repetundiae*, crime de pilhagem e roubo da Província que lhe foi designada; na posição de governador da Província da África Nova, Salústio foi acusado de ter pilhado para si grandes somas de riquezas, mas foi inocentado do crime (PSEUDO-CÍCERO, *In Sallustiam Crispum Oratio*, 7, 1921: 514-516; GRUEN, 1995, p. 239-240; LINOTT, 2008, pp. 81-83; RAMSEY, 2007, p. 5).

6 Que é, em essência, uma vida política.

7 As fontes serão seguidas, em nota de rodapé, pela versão original em latim. As traduções presentes no artigo são de minha autoria com base no texto latino presente nas edições Loeb. Sallust, *De Bellum Catilinae*, 4, 1-3: "Igitur ubi animus ex multis miseriis atque periculis requievit et mihi reliquam aetatem a re publicae peocul habendam decrevi, non fuit consilium socordia atque desidia bonum otium contere, neque vero agrum colundo aut venando sevilibus officiis intentum aetatem agree; sed a quo incepto studioque me ambition mala detinuerat, eodem regressus statui res gestas populi Romani carptim, ut quaeque memoria digna videbantur, perscribere; eo magis quod mihi a spe, metu, partibus rei publicae animus liber erat".



pública? Se pensarmos que a escrita de histórias, ou, melhor argumentando, a manutenção da memória é um ato extremamente político, visto que dessa forma o autor pode dar a sua visão sobre os eventos ocorridos, depreciando personagens ou exaltando outras conforme sua própria vontade, Salústio não estava de forma alguma se afastando da vida política da República. Dessa forma, longe de permanecer afastado das questões da vida política, Salústio estava ainda mais inserido na *res publica*; outrossim, a dedicação à escrita de história daria a Salústio três elementos fundamentais para os romanos, tradicionalmente conquistados na guerra ou no serviço dedicado à República: *Gloria, Laus e Dignitas*⁸.

Ora, nesse contexto de conquista de *laus, gloria e dignitas* e tendo em mente que a História proporciona ao escritor a construção da memória de um povo, nos fica mais fácil compreender porquê Salústio optou por escrever sobre a Conjuração de Catilina, ocorrida no ano de 63 a.C.: o evento dava ao autor a possibilidade de criticar não só os principais personagens do final da República Romana, a saber, Cícero, Júlio César, Catão de Útica e Crasso, como também o próprio momento histórico da República, que em sua visão era permeado por corrupção e desvios de conduta. E nesse sentido, nos é extremamente válido analisar os dois conceitos-chave da obra Salustiana: *Bellum e Coniuratio*. Começaremos por *Bellum*.

Se buscarmos no dicionário um significado para o termo *Bellum*, encontraremos as seguintes traduções: “guerra, combate, batalha” (REZENDE & BIACHET, 2016, p. 52); aprofundando um pouco mais o termo, encontraremos o termo *Bellum* sendo aplicado por Cícero em sua Quarta Catilinária no sentido de “guerra particular”, *belli domestici duces* – 2,1, sentido similar ao encontrado em Salústio em seu texto *Historiae*, “*um Hispaniae in Italiam transgradientur*” – 2,98⁹. Nesse breve levantamento que realizamos

8 Esse elemento da redição de textos de história pode ser encontrado no seguinte parágrafo do *De Bellum Catilinae*: “É bom servir a República com grandes façanhas; mas falar bem dela é também muito importante. Alguém pode alcançar brilhantismo tanto em momentos de guerra quanto na paz” (SALÚSTIO, *De Bellum Catilinae*, 3, 1921: 6). Falar bem da República, por meio da escrita da História do Povo Romano servia para Salústio adquirir aquilo que o autor não havia conquistado durante sua carreira política, ou seja, *gloria, laus e dignitas*: com uma carreira política pouco expressiva, Salústio não havia conquistado essas qualidades morais tão importantes para um cidadão romano. Como escritor de textos sobre os grandes feitos da República, acreditava Salústio ser possível conquistar aquilo que almejava: “Et qui facere et qui facta aliorum scripsere, multi laudanur” (SALÚSTIO, *De Bellum Catilinae*, 3, 1-2).

9 A passagem inteira do texto salustiano é a seguinte: “Reliqui vos estis: qui nisi subvenitis, invito et praedicente me exercitus hinc et cum eo omne bellum Hispaniae in Italiam transgradientur”, cuja tradução é: “Você é nosso único recurso: a não ser que você venha ao nosso resgate, contra minha vontade, mas não sem eu ter avisado, nosso exército vai passar pela Itália, trazendo consigo toda guerra na Hispania” (SALÚSTIO, *Historiae*, *Epistula CN. Pompei ad Senatam*, 10).



no *Dicionário Oxford de Língua Latina* (1968, p. 228-229) encontramos algo muito curioso: a grande quantidade de menções ao termo nas obras de literatura e história latina nos indica que a guerra era um aspecto central na vida dos romanos. Como comenta Matyszak

[...] Não é de se surpreender que os romanos acreditassem que seus fundadores, Rômulo e Remo, fossem filhos de Marte, o deus da guerra. Desde seus primeiros anos de existência, o novo estado esteve quase que constantemente em conflito – com os vizinhos sabinos, com as tribos selvagens das colinas e com as cidades-estado da Etrúria, ao norte (MATYSZAK, 2013, p.12).

A afirmação de Matyszak corrobora nossa teoria de que a guerra era um aspecto fundamental da vida romana e nos leva além: a guerra era um estado constante para os romanos. Se tomarmos o relato de Lívio¹⁰, historiador romano do século I d.C., como verdadeiro, perceberemos que os romanos somente não estiveram em guerra em apenas dois anos, um no consulado de Tito Mânlio, depois da vitória sobre Cartago na Primeira Guerra Púnica (264 a 241 a.C.) e outro durante o Principado de Augusto, depois da Batalha de Actium (2 de setembro de 31 a.C.), batalha que marca a vitória de Otávio Augusto sobre Marco Antônio e o início do domínio do filho adotivo de Júlio César.

Desde o período monárquico romano (753 a 509 a.C.), os reis romanos se empenharam na defesa do território da cidade de Roma, declarando guerras contra os vizinhos da Península Itálica. Como comenta Cornell (2008, p.94-95), a Monarquia Romana já era uma potência na Península na época dos últimos reis; com a passagem de um sistema monárquico para um sistema republicano, ocorrido por volta do ano de 509 a.C., a República Romana continuou o processo bélico de proteção de seus territórios aliado à expansão tanto territorial quanto de influência sobre os mais variados povos itálicos. Esse

10 O relato completo nos é bastante interessante: “Depois de ascender ao trono (Numa Pompílio), se dispõe a dar a nova cidade, fundada pela força das armas, uma nova fundação baseada em leis, no direito e nos bons costumes. Compreendendo que em um clima de guerra não podiam instalar essas novas bases, porque a prática militar torna menos civilizados os ânimos, acreditava que deveria tornar menos severo o povo romano, desabitando-o das armas. Criou então o Templo de Jáno, no sopé do Monte Argileto, como um indicativo para a guerra e para a paz e, quando aberto, indicava que o povo estava em guerra e quando fechado, significava que todos os povos, inclusive os vizinhos, estavam em paz. Duas vezes desde o reinado de Numa o Templo esteve fechado: uma durante o consulado de Tito Mânlio, depois da conclusão da Primeira Guerra Púnica; outra, quando os deuses permitiram que nossa própria geração observasse, foi depois da Batalha de Actium, quando o Imperador César Augusto trouxe paz na terra e no mar” (TITO LÍVIO, *Ab Urbe Condicta Libri I*, 19).



crescimento de poder atraiu a atenção da grande potência mediterrânea que era Cartago: a República Romana e Cartago travaram três violentas guerras pela hegemonia na Mediterrâneo, tendo a República Romana sofrido graves reveses nas duas primeiras guerras que quase se configuraram em derrotas.

A Primeira Guerra Púnica, ocorrida entre os anos de 264 a 241 a.C., foi lutada em sua maioria nas proximidades da Sicília (porta de entrada na Península para Cartago), mas com uma incursão frustrada de Roma ao território cartaginês na África (256-255 a.C.). Mesmo sofrendo fortes reveses, a República Romana saiu vitoriosa do embate. Já a Segunda Guerra Púnica, menor em duração, mas não menor em violência, foi a tentativa de Aníbal Barca, filho de Amílcar Barca, de derrotar a República Romana e vingar Cartago do anterior fracasso. Para tanto, Aníbal levou a guerra para a Península Itálica, tentando vencer a República em seu próprio território. A tentativa de Aníbal, entretanto, falhou não sem ter feito a República perder inúmeros soldados e armamentos. Outrossim, a Segunda Guerra Púnica marca o início da hegemonia romana no Mediterrâneo, fato esse que tem profundas consequências tanto para os povos mediterrânicos quanto para a própria República¹¹.

A guerra moldou (ou remoldou) a República Romana, de uma forma bastante profunda. Uma vez vencido Cartago, o povo romano passou a se encontrar em posição de destaque em relação aos demais povos do Mediterrâneo, não encontrando mais inimigos a altura de seu poderio militar. A partir desse período, a República Romana passou a interferir nas questões de povos com os quais tinha tido pouco contato anterior, decidindo os rumos políticos desses povos. Mas o conquistador foi, em certa medida, conquistado, pois a cultura helênica se fez cada vez mais presente na cultura e nas instituições romanas¹².

11 Ainda houve uma terceira tentativa de Cartago na busca pela vitória sobre a República Romana, entre os anos de 149 a 146 a.C., mas rapidamente a República eliminou o perigo e derrotou de vez Cartago. O solo cartaginês, a pedidos de Catão, o Censor, foi salgado e a terra foi considerada maldita (SCULLARD, 2013, p.22).

12 O intenso contato com a Grécia e, por consequência, com a Cultura Helenística, deu a República Romana novas ideias culturais vindas do Oriente; a partir de então, tutores gregos ficaram encarregados da educação dos filhos de cidadãos abastados, não sendo impossível argumentar que, no ano de 133 a.C. (tribunato de Tibério Graco), a maior parte dos cidadãos das camadas mais ricas da sociedade romana eram bilíngues. Desse contato, outrossim, surgiu os primeiros movimentos de escrita de poesias romanas, bem como de escrita de história romana, aos moldes dos exemplos gregos. Ademais, a arquitetura e escultura gregas também influenciaram a República Romana. Nas ciências, por sua vez, temos a vinda de ideias de Filosofia (Epicurismo, Estoicismo) e de Retórica que passaram a ser mais adotadas a partir da intensificação do contato entre romanos e gregos (SCULLARD, 2010, p.5).



Como argumenta Salústio, a ausência do chamado *metus hostilis*¹³, ou seja, do medo de um inimigo estrangeiro, situação experimentada pela República Romana quando da vitória sobre Cartago, fez com que a aristocracia romana se voltasse a querelas internas; o argumento Salustiano é bastante direto: a partir do momento em que a República Romana se encontra sem inimigos à altura de seu poderio militar, ou seja, sem um perigo externo, a aristocracia romana se voltou contra ela própria, em uma disputa por poder. Essa disputa foi caracterizada, principalmente, pelo embate entre *optimates* e *populares*, partidos políticos¹⁴ opostos cujos meios de ação eram bastante distintos, mas que derivavam de uma mesma origem, a saber, o Senado e a aristocracia romana: enquanto os *optimates* defendiam a supremacia da oligarquia, organizada em torno da *nobilitas*, os *populares* defendiam a supremacia pessoal e, apoiando-se no povo romano, em especial no tribunato da plebe, buscavam romper o bloqueio estabelecidos pelos *optimates* a fim de conquistar para si mais poder pessoal.

É nesse contexto de enfrentamento aristocrático por poder, tanto oligárquico quanto pessoal, que a Conjuração de Catilina ocorreu. Lúcio Sérgio Catilina, aristocrata nascido na cidade de Roma no ano de 108 a.C. e pertencente a *gens sergia*, *gens* bastante antiga da cidade, mas que não elegeia um cônsul desde o ano de 380 a.C., foi o mentor da conjuração aristocrática que leva seu nome. A situação de Catilina era delicada: a fim de concorrer ao

13 "Agora, os partidos e facções, com todos os seus males, originaram-se em Roma alguns anos como o resultado da paz e abundância de tudo que é tido como valioso. Pois antes da destruição de Cartago, o povo e o Senado de Roma governavam juntos a República pacificamente e com moderação. Não havia nenhum embate entre os cidadãos por glória ou por poder absoluto; medo do inimigo preservou a boa moral dos cidadãos" (SALÚSTIO, *De Bellum Catilinae*, 51, 40-41).

14 Precisamos tomar um certo cuidado com o sentido de partidos políticos (*pars, partis*) na República Romana. Longe de ser similar aos partidos políticos que temos hoje em dia, com diretrizes e vieses previamente estabelecidos e onde os políticos de cada partido se encaixam nesses quesitos, os partidos políticos romanos eram distintos dessa ótica. Podemos dizer, de pronto, que os membros dessas *partis* advinham do Senado Romano: uma parte desses senadores, que se consideravam *boni* (bons homens) conquistaram o domínio do Senado Romano, vetando outros aristocratas da participação nas principais decisões da República; esses homens bons se organizaram no que ficaria conhecido como *optimates*. Os *populares*, por sua vez, estando de fora da esfera mais poderosa do Senado, buscaram, através do apoio do povo romano, furar o bloqueio estabelecido pelos *optimates*. Ambos, *optimates* e *populares*, tinham membros pertencentes à *nobilitas* (formada por todos aqueles cujos ancestrais haviam ocupado o principal cargo da República, a saber, o consulado e que representava o nicho mais interno e poderoso do Senado Romano), mas alguns desses membros não tinham participação ativa devido ao bloqueio dos *optimates*. Em suma, podemos argumentar que *optimates* tendiam a defender a supremacia oligárquica, concentrada na *nobilitas* enquanto que *populares* tendiam a defender políticos com aspirações à supremacia pessoal, apoiando-se no povo romano a fim de romper o bloqueio estabelecido pelos *optimates* (TAYLOR, 1992).



cargo público mais elevado da República, o consulado, Catilina contraiu para si grandes dívidas, as quais só conseguiria pagar se fosse eleito cônsul e angariasse para si o governo de uma Província rentável. Mas a *Fortuna* não estava do lado de Catilina: tendo concorrido ao cargo de cônsul para os anos de 63 e 62 a.C., Catilina foi derrotado em ambas as eleições, vendo suas possibilidades de tornar-se cônsul romano destruídas. Segundo Syme (2002)¹⁵ e Hardy (1917, p. 178), Catilina só se voltou à conjuração quando viu seus recursos para uma nova campanha se extinguírem; depois de duas derrotas, Catilina perdeu o apoio de Crasso e César, líderes da ala dos *populares* e, com isso, perdeu sua fonte de financiamento de campanha: para o aristocrata, não havia mais nenhuma possibilidade de ascensão ao cargo de cônsul sem ser por meio de um *coup d'état* (SYME, 2002, p. 76).

Se podemos afirmar que a guerra modelou (ou remodelou) a República Romana, bem como era um estado constante na República, a conjuração, depois de analisarmos a História da República Romana, também encontrava-se no centro da vida política de Roma. Como comenta Pagan (2005, p. 4), o início da República bem como o final dela é marcado por conjurações: na gênese do período republicano, a expulsão do Rei Tarquínio, o Soberbo, e de sua família da cidade de Roma foi seguida por uma conjuração de certos membros da aristocracia romana para restaurar o Rei no trono; a conjuração foi descoberta e os conjuradores, punidos. No dia 15 de março de 44 a.C., Júlio César, vencedor da Guerra Civil contra Pompeu e ditador de Roma foi assassinado por um grupo de senadores, que conjuraram a fim de matá-lo e restaurar as instituições republicanas. A conjuração, portanto, era um meio pelo qual a aristocracia conquistava poder e manipulava os eventos políticos da República.

Se buscarmos novamente no dicionário o significado agora do termo *coniuratio*, encontraremos as seguintes traduções: “jurar juntamente, estar de acordo com; conluir-se, mancomunar-se. Conspirar, tramar” (TORRINHA, 1942, p. 186). No dicionário *Harper's* (1981, p. 424) encontramos uma explicação pouco mais detalhada: “To swear together by an oath. I. In a good sense (rare but class)... II. In a bad sense: to form a conspiracy or plot, to conspire... Conjurati: conspirators”. A *coniuratio* era, no contexto republicano,

15 O argumento de Syme é que Salústio estava errado ao apontar o início da Conjuração de Catilina antes das eleições de 64 a.C.; para ele, nenhuma das evidências corrobora a tese defendida por Salústio de que Catilina já articulava uma conjuração antes das eleições para o ano de 63 a.C. É possível que Catilina comentasse coisas como o cancelamento das dívidas ou a criação de uma lista de proscritos antes da eleição, mas ter uma conjuração já articulada é coisa pouco provável (SYME, 2002, p.76).



a associação de indivíduos voltados a uma causa ou objetivos próprios, o que, no contexto do final do século I a.C., passou a ser visto com grande suspeita pelo Senado Romano (GRUEN, 1995, p. 228). Salústio argumenta¹⁶, em conformidade com Cícero (*Pro Caelio*, 71), que os conjuradores aliados à Catilina foram processados tendo como base a *Lex Plautia de vi*, lei esta que surgiu depois da morte de Sula, em um momento de profunda perturbação política e reorganização das instituições depois da ditadura sulana. Como comenta Gruen (1995, p. 228), a violência era parte intrínseca das relações sociais romanas desde a gênese da sociedade, mas a necessidade de se instaurar uma corte específica para tratar da questão do uso da violência no debate político é fruto do final do século I a.C. e se inicia com a era sulana, sendo a Conjuração de Catilina bom exemplo dessa necessidade (uma vez que o movimento era uma ameaça às instituições da República).

Nesse contexto, portanto, a guerra (*bellum*) e a conjuração (*coniuratio*) eram partes intrínsecas da República Romana, sendo a guerra um estado dicotômico ao estado de paz (e permanente) e a conjuração uma reação da aristocracia à forte concorrência pelos melhores cargos da República bem como ao crescente uso da violência no debate político. Salústio, em seu texto *De Bellum Catilinae*, inverte (ou subverte) o evento da Conjuração de Catilina ao trabalhá-lo especificamente como guerra e não como conjuração, rompendo com a ideia de Cícero que, em suas *Catilinárias*, trata o evento como conjuração, não como guerra.

III. DE BELLUM CATILINAE: A GUERRA EM SALÚSITO

A metodologia aplicada no início da análise foi a quantificação da utilização do termo *bellum* através da obra salustiana; elaboramos tal metodologia a fim de confirmar ou não que Salústio de fato tratava a Conjuração de Catilina como guerra. O que descobrimos nesse primeiro passo da pesquisa foi que Salústio utilizou o termo *bellum* em 44 vezes distintas entre os 61 parágrafos da obra. Esse elemento, combinado com uma análise mais aprofundada do uso do termo, nos fez chegar à primeira conclusão: o *bellum* serve a Salústio como uma espécie de subtexto que permeia a obra em momentos chave, a saber, quando o autor estabelece sua crítica ao momento histórico do final do primeiro século antes de Cristo. Por subtexto entendemos o que consta no dicionário

¹⁶ "Mas o espírito cruel de Catilina persistiu nas mesmas tentativas, muito embora as defesas fossem preparadas e ele mesmo foi acusado por Lúcio Paulo através da Lei Pláutia – *et ipse lege Plautia interrogatus erat ab L. Paulo*" (SALÚSTIO, *De Bellum Catilinae*, 1921, 31, p.52)



*Michaelis*¹⁷: “Conteúdo de uma obra literária que não é anunciado de maneira expressa pelas personagens ou pelo autor”; o subtexto, portanto, compreende todos aqueles conteúdos textuais que permanecem nas entrelinhas, sendo anunciado mas cujo sentido mais amplo permanece na segunda camada do texto, como uma espécie de não-dito/implícito (ORLANDI, 2009, p. 82-84). Nesse sentido, a *bellum* serve ao autor como meio pelo qual estabelece sua crítica ao momento histórico, principalmente na primeira digressão do *De Bellum Catilinae*, conhecido também como Arqueologia. E é precisamente acerca dessa sessão do texto Salustiano que trataremos agora.

A Arqueologia do *De Bellum Catilinae* compreende os parágrafos 6 ao 12, ocupando uma grande parte do texto do autor. Nela, Salústio se dedica à História Romana, desde a Monarquia até a República, criando um binômio muito interessante: a Monarquia ideal em contrapartida com a Monarquia depravada e a República ideal contra a República depravada; para tanto, o autor estabelece características básicas dos dois períodos (concordia e discórdia, guerra justa e guerra injusta, por exemplo), a fim de demonstrar o que para ele representava um período ideal e o que representava a depravação de um momento histórico. Na Arqueologia, também, Salústio estabelece a tônica que permeia toda sua obra, a saber, a pesada crítica que tece em relação à política e à sociedade do século I a.C. bem como fixa a guerra como subtexto.

No parágrafo sexto, que abre a primeira digressão, Salústio estabelece o que para ele seria uma Monarquia ideal, onde a concordia (*concordia civitas*) imperava entre os cidadãos; os reis declaravam guerra quando eram ameaçados por outros povos e não antes disso, fazendo com a guerra fosse justa¹⁸. A concordia e a guerra servem a Salústio para estabelecer um binômio

17 Dicionário Michaelis Online, <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/subtexto/>).

18 A questão da Guerra justa é importante de ser comentada, pois delimitava as declarações de guerra na Roma Antiga. Algumas fontes antigas, em especial Lívio e Políbio, apontam para a necessidade de organizar as declarações de guerra ainda na Monarquia Romana: sem um estatuto bem definido, os romanos tendiam a agir com extrema agressividade contra seus vizinhos na Península Itálica, entrando em conflitos armados sem nenhuma razão aparente. Para evitar tamanha agressividade, foi estabelecido que a declaração de guerra deveria ser avaliada por um colégio composto por 20 pontífices, responsáveis pelos rituais referentes ao início e ao fim das guerras bem como pelas relações com os povos vizinhos. Essa legislação ficou conhecida como *ius fetiale*. O primeiro passo que tomava esse colégio de pontífices era o de buscar evitar, por vias diplomáticas, a guerra; caso não fosse possível, o conflito armado seria declarado. Assim, o ritual conhecido como *rerum repetitio* seria realizado, tornando a guerra justa. Contudo, precisamos tomar um sério cuidado em relação a ideia de guerra justa (*iusta*): na teoria, a partir do momento em que se realizava o *rerum repetitio*, a guerra era considerada justa e tinha por objetivo a proteção dos interesses da República e de seus aliados; na prática, entretanto, a partir principalmente do século II a.C. a *ius fetiale* passou a ser usada, segundo Políbio, como propaganda política: para o



importante: *pax* e *bellum* eram equilibradas, ou seja, havia *pax* e *concordia* entre os cidadãos e *bellum* era direcionada para os vizinhos de Roma. Ademais, para o autor, a partir do momento em que os reis passaram a pouco se preocupar com a liberdade dos cidadãos (*libertas*) e adotar modos tirânicos de governo, a Monarquia se degenerou, dando espaço a uma nova forma de governo centrada em dois cônsules e no Senado (SALÚSTIO, *De Bellum Catilinae*, 6); Salústio vai além e justifica a escolha de um governo centrado em dois cônsules: “pensavam que dessa forma preveniriam a índole dos homens de se tornar arrogante através do poder ilimitado” (SALÚSTIO, *De Bellum Catilinae*, 6, 7)¹⁹. Dessa forma, portanto, ao estabelecer dois cônsules que dividiriam o poder, os romanos evitariam, de acordo com Salústio, a tirania.

No parágrafo sétimo, por sua vez, Salústio apresenta o início da República Romana, onde ideias como a de liberdade (*libertas*) para os cidadãos imperavam. A busca pela glória era o objetivo principal dos cidadãos, em especial dos mais jovens que encontravam “maior satisfação nas armas e nos cavalos militares do que nas prostitutas e nos banquetes” (SALÚSTIO, *De Bellum Catilinae*, 7, 4-5)²⁰. O início da República é apresentado pelo autor como sendo a República ideal, onde havia *concordia* entre os cidadãos e a *libertas* era garantida pelas instituições. A *gloria* era o desejo de todos, sendo buscada na guerra; essa, por sua vez, era justa, sendo declarada quando a República encontrava-se ameaçada por um inimigo externo. O parágrafo oitavo concentra uma segunda tentativa de Salústio de justificar sua escolha pela história uma vez que o autor se retirou da vida pública²¹; outrossim, para Salústio, o brilhantismo de quem escreve sobre os grandes feitos dos homens é equivalente ao de quem os realiza; portanto, guerra e história são fontes de *gloria*.

Agora, nos é particularmente importante os dois próximos capítulos, a saber, o nono e o décimo pois demonstra o processo pelo qual a República ideal

historiador grego, os romanos se importavam mais em fazer parecer que as guerras eram justas a fim de evitar hostilidades por parte dos conquistados. A guerra precisava parecer justa, acima de tudo, não necessariamente buscar a defesa da República e quem corroborou essa necessidade foi Salústio quando diz: “para que não se falasse que a guerra tinha sido empreendida mais pelas riquezas que pela injustiça” (TITO LÍVIO, *História Romana Livro I*, 24, 1967: 82-84; POLÍBIO *apud* HARRIS, 2006, p.172; SALÚSTIO, *De Bellum Catilinae*, 51).

19 “Eo modo minime posse putabant per licentiam insolescere animum humanum”.

20 “Iam primum iuventus, simul ac belli petiens erat, in castris per laborem usum militiae discebat magisque in decoris armis et militaribus equis quam in scortis atque conviviis lubidinem habebant”.

21 A primeira vez que Salústio justifica sua opção por dedica-se à escrita da História do Povo Romano encontra-se no parágrafo quarto (SALÚSTIO, *De Bellum Catilinae*, 4).

se degenerou bem como apresenta a guerra como estopim para esse processo. Para melhor analisarmos, vale citar o parágrafo nono



[...] Em suma, a boa moral era cultivada em casa e no campo de batalha; havia grande concórdia e pouca avareza; justiça e idoneidade prevaleciam entre todos, graças mais a natureza das pessoas que as leis. Disputas, discórdias e conflitos eram reservados aos inimigos; cidadãos competiam com cidadãos apenas pela virtude. Nas ofertas eram generosos, sóbrios eram em casa, leis também eram aos amigos. Através da prática dessas duas qualidades, valentia na guerra e justiça em momentos de paz, eles protegeram os seus e a República. Como prova disso, apresento duas evidências: primeiramente, as punições nas guerras eram mais comumente aplicadas àqueles que atacavam o inimigo contrariando as ordens, ou por bater em retirada muito depois de dada a ordem, do que por se retirar muito cedo dos estandartes quando açoitados; e, por último, em tempos de paz exerciam seu poder mais pela bondade que pelo medo, e quando injustiçados preferiam agir com perdão do que com vingança (SALÚSTIO, *De Bellum Catilinae*, 9, 1-5)²².

Antes de analisarmos o parágrafo nono, vale a pena citar o parágrafo décimo, a fim de compreendermos ao todo o pensamento de Salústio

[...] Então, quando a República cresceu através do trabalho e da prática da justiça, quando os grandes reis foram dominados nas guerras, tribos selvagens e povos poderosos foram subjugados pelo uso das armas, quando Cartago, a rival do poder do Povo Romano, foi destruída desde suas fundações, todos os mares e terras se abriram, então a Fortuna começou a crescer cruel e a trazer confusão em todos os quesitos. Aqueles que outrara achavam fácil suportar as dificuldades e os perigos, ansiedade e adversidade, acharam no ócio e na riqueza, coisa desejável nessas circunstâncias, um peso e aflição. Ademais, cresceu primeiramente a luxúria por poder e depois por dinheiro; pois essa era, ao meu ver, a origem de todos os males. Pois a avareza destrói a honra, a integridade e todas as outras nobres qualidades; em seu lugar surgiram a insolência, a crueldade, a negligência aos deuses que

22 "Igitur domi malitiaeque boni mores colebantur concordia maxuma, minima avaritia erat, ius bonumque apud eos non legibus magis quam natura valebat. Iurgia, discordias, similitates cum hostibus exercebant, cives cum civibus de virtute certabant. In suppliciis deorum magnifici, audacia in bello, ubi pax evenerat aequitate seque remque publicam curabant. Quarum rerum ego maxuma documenta haec habeo, quod in bello saepius vindicatum est in eos qui contra imperium in hostem pugnaverant quique tardius revocati proelio excesserant, quam qui signa relinquere aut pulsi loco cedere ausi erant; in pace vero, quod beneficiis quam metu imperium agitabant, et accepta iniuria ignoscere quam persequi malebant".



colocaram um preço em tudo. A ambição levou os homens a serem falsos; a ter uma coisa em seus corações e outra em suas línguas; a valorizar amizades e inimizades não pelos seus méritos mas pela conveniência, a manter antes a aparência que um bom coração. Em um primeiro momento, esses vícios cresceram devagar, sendo punidos em certas ocasiões; finalmente, quando a doença tinha se espalhado como uma praga mortal, o povo romano mudou e o poder dominante, que antes era o mais justo e o melhor, se transformou no mais cruel e intolerável (SALÚSTIO, *De Bellum Catilinae*, 10, 1-6)²³.

Esses dois parágrafos, dentre todos da primeira digressão (Arqueologia), são os mais importantes e que propiciam uma frutífera discussão. O parágrafo nove e dez apresentam o binômio “ideal *versus* depravada” já apresentado por Salústio para a Monarquia, mas agora no caso republicano. Para ele, a República ideal era representada pela *concordia* entre os cidadãos, *pax* e *bellum* eram estados bem definidos, sendo o primeiro destinado à República e aos concidadãos e o segundo aos inimigos externos. Outrossim, havia valentia na guerra externa e proteção à República. A República depravada, apresentada no parágrafo décimo, tem como características o ócio, o gosto pelas riquezas, por poder e por dinheiro; a falta de honra (*honor*) passou a ser corriqueira entre os cidadãos romanos, de forma semelhante ao que aconteceu com a moral. O interessante dessa passagem do texto salustiano, para além da criação de um binômio acerca da República, é o marco temporal estabelecido pelo autor: para ele, o que marca o estopim da deturpação das instituições republicanas foi a guerra, mas precisamente a guerra contra Cartago e a posterior vitória romana nas Guerras Púnicas.

Conforme Políbio (*Historias Livro I*, 3), as Guerras contra Cartago e a vitória romana sobre esse potente inimigo representa o primeiro momento no qual a República rumou à aquisição de um “poder universal”. Esse rápido domínio (universal) e crescimento da República, ocorrido principalmente depois da vitória contra Cartago, teve algumas importantes consequências para a República. Como comenta Morel

23 “Sed ubi labore atque iustitia res publica crevit, reges magni bello domiti, nationes ferae et populi ingentes vi subacti, Carthago aemula imperi Romani ab stirpe interiit, cuncta maria terraeque patebant, saevire fortuna ac miscere omnia coepit. Qui labores, pericula, dubias atque asperas res facile toleraverant, eis otium, divitiae, optanda alias, oneri miseriaeque fuere. Namque avaritia fidem, probitatem ceterasque artis bonas subvortit; pro his superbiam, crudelitatem, deos neglegere, Omnia venalia habere edocuit. Ambitio multos mortalibus falsos fieri subegit, aliud clausum in pectore aliud in lingua promptum habere, amicitias inimicitiasque non ex re sed ex commodo aestumare magisque voltum quam ingenium bonum habere. Haec primo paulatim crescere, interdum vindicari; post, ubi contagio quasi pestilentiali invasit, civitas immutata, imperium ex iustissimo atque optumo crudele intolerandumque factum”.



[...] The year 200 or, more exactly, the end of the Second Punic War might well be considered a crucial turning-point in the history and consequently in the archaeology of Italy. On close scrutiny, however, it might be more proper to trace back to the actual outbreak of this war, in 218, the origin of the numerous upheavals which affected both economic conditions and art, and the beginning of what P. Veyne has called 'the second helenization' of Rome. It is well known what major social changes took place during these critical years, characterized notably by the widening of the gulf between an oligarchy, which from this time was closing ranks even more completely, and the most exposed and proletarian social strata, by the recrudescence of the 'triumphal' ideology, by the slave mode of production... by the conflicts between tradition and innovation... These changes were essentially attributable to the oncoming triumphant tide of Roman imperialism... The conquests achieved by Rome made their impact in a surge of new possibilities and incentives, firstly in the form of material riches at its disposal. Cultural wealth also resulted from the convergence on Rome of the spoils of war and the plundering of celebrated cities and regions of ancient civilizations... (MOREL, 2008, p. 493).

Essas mudanças a que Morel faz referência estão, todavia, implícitas nos comentários salustianos; a ênfase dos comentários do autor são os aspectos negativos da expansão bem como da vitória sobre Cartago. Ademais, Morel faz referência acerca de um conflito que marca a República Romana, a saber, o entre inovação e tradição (*mos maiorum*). Para Salústio, o que era feito no passado, ou seja, a tradição, era automaticamente melhor e mais virtuoso que o que advinha da inovação e nesse sentido, Salústio cria uma espécie de *exemplum*²⁴ para autores posteriores, como Sêneca, que viam a República como sendo melhor que o Principado. Mas precisamos reconhecer que a forte expansão do século II a.C. teve, de fato, consequências negativas para a República, como comenta Lintott

[...] In spite of this there is no doubt that the razing of Carthage introduced an era of political crisis, whose antagonisms recalled the dimly remembered struggles of the early Republic and brought into question the stability of the constitution which Polybius admired (LINTOTT, 2008, p. 40).

24 Se Salústio serviu de *exemplum* para autores posteriores, este também segue uma tradição preestabelecida por autores anteriores a ele; para Catão, o velho, as novidades trazidas da expansão, em especial as novidades Helênicas eram nocivas às virtudes romanas: o gosto pelo luxo, pelo dinheiro e pelas conquistas territoriais a qualquer custo desestabilizaram a República e as relações entre concidadãos. Para Gruen, Catão era o grande opositor das ideias helenísticas bem como da absorção dessas ideias pelos romanos. Salústio, por sua vez, bebe dessa fonte para estabelecer sua crítica ao momento histórico em que vivia (RAMSEY, 1992, p. 52-59).



Para Salústio a instabilidade das instituições republicanas foi causada pela expansão e pela falta do chamado *metus hostilis* (SALÚSTIO, *De Bellum Catilinae*, 51), ou seja, de um inimigo externo à altura do poder romano. A partir do momento em que a República Romana se viu em ausência de inimigos externos que pudessem comprometer seu domínio no Mediterrâneo, a aristocracia se voltou contra ela mesma, em querelas internas por poder pessoal ou oligárquico que causavam instabilidade nas instituições republicanas.

Continuando a análise da Arqueologia, temos no parágrafo onze um segundo marcador temporal muito interessante e que corrobora nossa hipótese de que Salústio utiliza a guerra em momentos chave da narrativa. Nesse parágrafo, Salústio segue tecendo comentários acerca da degeneração da República Romana, onde o gosto pelo luxo efeminava o corpo viril, bem como estabelece a Ditadura de Sula (81 a 79 a.C.) como degradador da moral e das instituições republicanas

[...] Mas depois que L. Sula, tendo adquirido o controle da República através das armas, de um bom começo fez seguir anos ruins, os homens passaram a pilhar e a roubar; uns a cobiçar a casa, outros a terra. Os vitoriosos não demonstravam nem moderação tampouco restrição, praticavam contra seus concidadãos atos indignos e cruéis. Além de tudo isso, L. Sula, tentando assegurar a lealdade de seu exército que comandava na Ásia, havia permitido o luxo e uma disciplina indulgente, ao contrário da tradição dos antepassados. Lugares amenos e cheios de prazer não tardaram a amolecer no ócio o ânimo rude dos soldados. Foi aí que o exército do povo romano pela primeira vez aprendeu a satisfazer-se com mulheres e bebida; a admirar estátuas, pinturas, vasos cinzelados, a roubá-los de lugares públicos e privados, a saquear os templos e a não respeitar nem o sagrado nem o profano. Esses soldados, depois que se consagraram vencedores não deixaram nada aos vencidos. Em realidade, a prosperidade corrompe até mesmo a alma dos mais sábios; e esses homens, com os temperamentos corrompidos, não poderiam se moderar na vitória (SALÚSTIO, *De Bellum Catilinae*, 11, 4-7)²⁵.

25 Texto original presente na edição Loeb (1921): "Sed postquam L. Sulla neque armis recepta re publica bonis initiis malos eventus habuit, rapere omnes, tahere, domum alius alius agros cupere, neque modum neque modestiam victores habere, foeda crudeliaque in civis facinora facere. Huc accedebat quod L. Sulla exercitum quem in Asia ductaverat, quo sibi fidum faceret, contra morem maiorum luxuriose nimisque liberaliter habuerat. Loca amoena, voluptaria facile in otio ferocis militum animos molliverant. Ibi primum insuevit exercitus populi Romani amare, potare; signa, tabulas pictas, vasa caelata mirari; ea privatim et publice rapere, delibra spoliare, sacra profanaque omnia pollure. Igitur ei milites, postquam victoriam adepti sunt, nihil reliqui victis fecere. Quippe secundae res sapientium animos fatigant, ne illi corruptis moribus victoriae temperarent".



Partindo da concepção de Syme (2002, p. 77) acerca do uso do marcador “Ditadura Sulana” na obra *De Bellum Catilinae*, compreenderemos na totalidade o argumento de Salústio. Ao analisar o primeiro discurso de Catilina, reconstruído por Salústio no parágrafo vigésimo, Syme pontua que o argumento do Catilina do *De Bellum Catilinae* era o seguinte: como a situação era injusta e difícil para a maior parte dos cidadãos romanos, uma vez que uma pequena parcela (*nobilitas*) possuía praticamente todos os recursos e poder da República e como a situação das dívidas para aqueles de fora da *nobilitas* era grande e problemática, Catilina propunha um programa político ousado: cancelamento das dívidas e lista de proscritos. Quanto a esse último item, uma vez estabelecida tal lista, as riquezas tiradas dos proscritos seriam partilhadas entre os conjuradores, na forma de espólios de guerra (*belli spolia*); ora, ao se referenciar às riquezas retiradas dos proscritos e partilhadas como *belli spolia* Salústio aponta para o fato de ser a conjuração, em realidade, uma guerra entre concidadãos.

Syme pontua que quem havia estabelecido esse tipo de prática de criar uma lista de proscritos a fim de partilhar as riquezas entre os seus, ganhando assim poder, foi Sula durante sua ditadura. Se pensarmos que Catilina foi um importante apoiador de Sula durante as guerras civis contra Caio Mário bem como durante a ditadura assassinou inimigos do ditador e usou a violência para garantir a permanência de Sula no poder, percebemos que a intenção de Salústio é de estabelecer Catilina como fruto da era sulana, ou seja, como alguém que seguiria os exemplos deixados pelo ditador para angariar para si poder (2002, p. 65). Nesse sentido, o que Catilina propunha era uma guerra civil cuja intenção era tirar a *nobilitas* do poder e se colocar na posição suprema na República: “Depois da ditadura de Sula, foi tomado pelo desejo de conquistar o controle da República” (SALÚSTIO, *De Bellum Catilinae*, 5, 6-7); como fruto do período sulano, Salústio argumenta que a conjuração era, em realidade, guerra civil

[...] De acordo com o livro dos sibilinos o domínio de Roma por três Cornélios foi profetizado; que houve anteriormente Cina e Sula e que Lêntulo era o terceiro a ter como destino o domínio da cidade. Além do mais, que era o vigésimo ano desde o incêndio do Capitólio, um ano que todos os videntes haviam previsto que seria marcado pelo derramamento de sangue de uma Guerra Civil (SALÚSTIO, *De Bellum Catiliane*, 47, 2)²⁶.

26 “ex libris Sibyllinis, regnum Romae tribus Corneliis portendi; Cinnam arque Sullam antea, se tertium esse, cui fatum foret urbis potiri. Praeterea ab incense Capitolio illum esse vigesimum annum, quem saepe ex prodigiis haruspices repondissent bello civili cruentum fore”.



Cícero, em sua Terceira Catilinária, comenta o mesmo caso, mas utilizando um vocabulário bastante distinto: “fadado à destruição de Roma e de seu poder” (CÍCERO, *In Catilinam III*, 9), optando pela construção “*interitum huius urbis atque imperii*”; destruição do poder romano e guerra civil são ideias bastante distintas e a opção que estabelece Salústio é bastante importante: para ele, a conjuração tomou formas de guerra civil, distanciando-se, assim, da concepção de Cícero de que Catilina havia formado para si uma conjuração, mas que não tomou formas de guerra civil.

Por fim, se buscarmos nos textos antigos algumas informações acerca da guerra civil, encontraremos em Lucano valiosas informações: para o autor, ao escrever sobre a guerra civil entre Pompeu e César, a guerra civil era uma espécie de conflito sem autorização legal (LUCANO, *De Bello Civili, Liber Primus*, 1, 21-23), lutada entre concidadãos; ademais, a guerra civil era, para Lucano, o pior tipo de conflito armado que poderia ocorrer (LUCANO, *De Bello Civili, Liber Primus*, 1, 1-3). A República havia sofrido grandes perdas durante a guerra civil de Sula contra Mário, onde grandes líderes políticos foram mortos no conflito; ao experimentar a guerra civil bem como perceber as consequências desse evento para Sula (o vencedor), Catilina, de acordo com o argumento Salustiano, compreendeu que uma das vias para garantir poder pessoal era a guerra civil e, nesse sentido, esse tipo de embate tinha por objetivo, no final do século I a.C., a busca por poder pessoal. Portanto, para garantir para si poder, Catilina estava disposto a acabar com as instituições republicanas através da guerra civil.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar essa análise acerca do texto de Salústio, o *De Bellum Catilinae*, bem como da História da República Romana, afirmamos: o conflito é a palavra que melhor define o final da República; o conflito era constante e generalizado. A História de Roma é marcada, desde sua gênese, por guerras constantes: primeiramente contra seus vizinhos latinos, em uma tentativa de autopreservação e a partir das Guerras Púnicas, iniciadas por volta de 264 a.C. e que se estenderam até o ano de 148 a.C., as declarações de guerra foram profundamente modificadas, assumindo as características de conquistas territoriais para aumentar o poder do povo romano. O conflito também era de ordem interna: segundo Salústio, a aristocracia, desprovida do chamado *metus hostilis* se voltou contra ela mesma, em embates entre partidos políticos conhecidos como *optimates* e *populares*, entre facções rivais (chamadas de *factio*) que utilizavam da violência no debate político bem como entre cidadãos que



conjuravam contra a República a fim de garantir para si tanto poder pessoal quanto o domínio político.

É nesse contexto que Catilina se insere bem como Salústio escreve sua obra. Para o autor, o passado era ideal e o presente era deturpado, bem como Catilina representava o pior da degradação da República: como fruto do seu tempo, Catilina era corrompido pela participação ativa na Ditadura de Sula e pela deturpação das virtudes romanas, fato inerente à República do final do século I a.C. A Catilina não causava sofrimento algum conjurar contra as instituições republicanas a fim de garantir para si poder pessoal; mas Salústio acrescenta, entretanto, que tanto *optimates* quanto *populares* legislavam, em realidade, em causa própria, não se distanciando de Catilina nesse quesito (SALÚSTIO, *De Bellum Catilinae*, 38).

A guerra, nesse sentido, é um elemento fundamental para a argumentação salustiana: ela é a causa primeira para o declínio da República Romana e isso pode ser visto no parágrafo décimo quando Salústio pontua a vitória de Roma nas Guerras Púnicas como causa da degradação romanal; é o agravante dos conflitos, visto que generais angariavam para si grandes somas de poder pessoal por meio da guerra e se utilizavam disso para burlar o bloqueio da nobilitas, agravando os conflitos violentos no interior da República; era também o meio pelo qual Salústio estabelece sua crítica ao momento histórico, uma vez que opera como um subtexto, utilizado nos principais momentos da narrativa.

Bellum era, nesse contexto republicano, o centro da vida pública romana: era constante e praticamente ininterrupta. A *coniuratio*, nesse sentido, é, segundo o autor, uma espécie de guerra muito particular: a civil. Salústio esclarece ao leitor esse fato no parágrafo quarenta e sete, quando trabalha os eventos do ano de 63 a.C. como *Bello Civili*, guerra civil. Ademais, a conjuração é um conflito interno, estimulado pelos embates entre dois pensamentos distintos da política romana: o primeiro de uma oligarquia dominante, organizada na nobilitas e o segundo de alguns políticos com aspirações de poder pessoal que todavia encontravam-se fora dos nichos mais internos do poder da República e que tentavam usurpar o domínio da política romana.

Abstract: The current article has as its objective the analysis of the text of the author Gaius Salustius Crispus entitled *De Bellum Catilinae*. In this work, Sallust analyses an event that occurred in 63 B.C., during the consulate of Cicero, which became known in history as the Conspiracy of Catiline. Besides examining the conspiracy of this aristocrat named Catilina, held as the personification of all evil that was happening at the Republic by the end of



the first century B.C., Sallust provides us with a live reporting on the situation of the Republic in this period: conjurations of aristocrats against aristocrats, corruption, debts and loosening of morality of the Romans are the key subjects of the critic established by the author. War, in this context has a major role: it's the principle of the civil discord along with the cause of the deepening of the issues in the institutions of the Republic, because it created a personification of the power in the hands of few generals. Thereby, the focus of the current article is to examine the role of the war in the sallustian text *De Bellum Catilinae*. To do so, the first topic is centered in the analysis of the two terms *bellum* (war) and *coniuratio* (conspiracy), guiding concepts of the present research. The second topic is focused in the examination of the sallustian work, searching for the role of the war in the text and context. In general terms, we can state that war is used in key moments in the narrative, such as, when the author criticizes the historical moment which the Republic was experiencing: *bellum*, in this sense, is used by Sallust as the means with which he judges the *status quo* of the Republic and is fundamental for the comprehension of the text.

Keywords: Sallust; De Bellum Catilinae; Roman Republic.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

SALLUST, C.C. **Complete Works**. Cambridge, MA: Loeb Classical Library, 1921

SALÚSTIO, C.C. **A Conjuração de Catilina e a Guerra de Jugurta**. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

SALLUST, C.C. **Sallust's Bellum Catilinae**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

Fontes Secundárias

CÍCERO, Marcus Tullius. **Pro Celio Oratio**. Oxford: Clarendon Press, 1960.

CICERO, M.T. **In Catilinam I-IV; Pro Murena; Pro Sulla; Pro Flacco**. Cambridge MA: Loeb Classical Library, 2001.

PSEUDO-CICERO. **The Invective of Marcus Tullius Against Sallust**. In: Complete Works. London: Loeb Classical Library, 1921, p. 502-523.

TITO LÍVIO. **História Romana Livro I e II**. Cambridge, MA: Loeb Classical Library, 1967.

LUCANO, M. Annaeus. **De Bello Civili**. Cambridge, MA: Loeb Classical Library, 1928.

Bibliografia

ANDREWS, E.A. **Harper's Latin Dictionary: A New Latin Dictionary**. New York: Harper & Clarendon Press, 1981.

BRYAN-BROWN, A.N. **Oxford Latin Dictionary**. Oxford: Clarendon Press, 1968.



CORNELL, T. J. Rome and the Latium to 390 B.C. In: Walbank, F.W. **The Cambridge Ancient History vol. VII: The Rise of Rome to 220 B.C.** (pp.243-308) London: Cambridge University Press, 2008.

DICIONÁRIO MICHAELIS ONLINE, <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/subtexto/>. Acesso em 7 de maio de 2018.

GRUEN, E. **The Last Generation of the Roman Republic.** California: University of California Press, 1995.

HARDY, E. G. The Catilinarian Conspiracy in its Context: A Re-Study of the Evidence. **The Journal of Roman Studies**, v. 7, 1917, pp. 156-228.

HARRIS, W. **War and Imperialism in Republican Rome: 327-70 B.C.** Oxford: Clarendon Press, 2006.

LINTOTT, A. **Cicero as Evidence: A Historian's Companion.** London: Oxford University Press, 2008.

LINTOTT, A. Political History, 146-95 B.C. In: COOK, J. A. **The Cambridge Ancient History: The Last Age of the Roman Republic, 146-43 B.C.** London: Cambridge University Press, 2008, pp. 40-103.

MATYSZAK, Philip. **Os Inimigos de Roma: De Aníbal a Átila, o Huno.** São Paulo: Manole, 2013.

MOREL, Jean-Paul. The Transformation of Italy, 300-133 B.C.: The Evidence of Archaeology. In: ASTIN, A.E.; WALBANK, F.W.; FREDERIKSEN, M.W.; OGILVIE, R.M. **The Cambridge Ancient History: Rome and the Mediterranean to 133 B.C.** vol.VIII. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, pp. 476-515.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos.** Campinas: Editora Ponto, 2009.

PAGAN, V.E. **Conspiracy Narratives in Roman History.** Austin: University of Texas Press, 2005.

RAMSEY, J.T. Edited, Introduction and Commentary. In: **Sallust's Bellum Catilinae.** Oxford: Oxford University Press, 2007, pp. 1-26.

REZENDE, A.M.; BIACHET, S.B. **Dicionário do Latim Essencial.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SCULLARD, H.H. **From Gracchi to Nero: a History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68.** Abingdon-on-Thames: Routledge, 2010.

SYME, Ronald. **Sallust.** Berkley: University of California Press, 2002.

TAYLOR, Lily Ross. **Party Politics in the Age of Caesar.** Berkley, CA: University of California Press, 1992.

TORRINHA, F. **Dicionário Latim-Português.** Porto: Porto Editora, 1942.